

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS
Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social –
CASEMP

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Melhoria nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde do Motorista de transportes de modo geral.

Data: 28/04/2010

Participantes:

1. Fernando Donato Vasconcelos – Auditor Fiscal do Trabalho, representando o Senhor Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego;
2. Sebastião Vieira Caixeta – Procurador Regional do Trabalho, representando o Senhor Dr. Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho;
3. Flávio Benatti – Presidente da Seção de Cargas da Confederação Nacional dos Transportes – CNT, Representante do Presidente da CNT, Clésio Andrade;
4. Wilbert Ribeiro Junquillo – Gerente de Regulação de Transporte Rodoviário de Cargas, representando o Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
5. Getúlio Ferreira Camara Nunes – Policial Rodoviário Federal e Médico Aéreo Hospitalar da Coordenação Geral de Operações, representando o Senhor Hélio Cardoso Derenne, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
6. Edgar Ferreira de Souza – Federação Nacional dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros (Fencavir)
7. José Fonseca Lopes – Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros – Abcam
8. Nélio Botelho – Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro
9. Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira) – Vice-presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB
10. Paulo Roberto Barck - Sindicato dos Empregados em Transporte Rodoviário de Carga Seca do Rio Grande do Sul
11. Luiz Alberto Mincarone – Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)

O Presidente da Subcomissão, Senador Paulo Paim, abriu os trabalhos informando que a Audiência tem por objetivo discutir o estatuto do profissional do volante e lembrou que se trata da 14ª reunião que se realiza para debater o tema.

Segundo o Senador, a redação final do estatuto atenderá tanto os motoristas de transporte de cargas quanto os motoristas de ônibus e os taxistas, sejam eles autônomos, celetistas ou empreendedores. Para ele, a construção de um grande entendimento que envolva todos aqueles que se dedicam ao setor é crucial para a aprovação do texto pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

LUIZ ALBERTO MINCARONE – Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI

O Sr. Luiz Alberto Mincarone iniciou sua exposição lembrando que o estatuto representará um marco para todos os motoristas, categoria de extrema importância para o país.

Sobre o texto em discussão, salientou que deve ser feita uma diferenciação entre os conceitos de tempo de direção, referente ao Código de Trânsito, e de jornada de trabalho, oriundo da Consolidação das Leis do Trabalho. Sobre este último, é importante que a legislação permita uma margem para a negociação com os sindicatos, pois particularidades regionais, dentre outros fatores, devem ser levadas em consideração.

Segundo o expositor, algumas situações específicas devem ser previstas no estatuto, como as viagens de longa distância e as viagens nacionais e internacionais. Além disso, questões como a flexibilidade de horário para a chegada em um local seguro, as viagens realizadas em dupla e as diferenciações entre os tipos de carga merecem destaque.

Abordou, também, a importância de aumentar o número de paradas aptas a receber os caminhões, uma vez que os postos de combustível, onde atualmente esses profissionais param, são privados e apresentam um limite para a recepção dos veículos. Nesses pontos, deve haver segurança e condições adequadas de higiene, alimentação e lazer.

Foi destacado, ainda, o fato de que, nos próximos anos, haverá maior demanda por motoristas no país e, conseqüentemente, será preciso que haja um aumento no número de cursos de formação e aperfeiçoamento de motoristas. Nesse sentido, serão necessários mais caminhões e alternativas de financiamento adequadas a essa demanda.

A infraestrutura também foi abordada pelo palestrante, que defendeu a construção de novas rodovias e a ampliação das atuais. Outra proposta destacada foi a criação de medidas tributárias compensatórias para equilibrar o custo das empresas e dos autônomos.

Sobre o fracionamento do tempo de direção e de descanso, foi salientado que, principalmente nas grandes cidades, essa possibilidade permite que o motorista faça a adequação aos horários de maior ou menor trânsito.

O expositor propôs, por fim, que o tempo máximo de direção sem paradas seja de 4 horas, e que, no caso de necessidade de tempo adicional de direção ininterrupta em busca de um local seguro, um local de trâmite, a base operacional ou a residência do trabalhador, seja feita uma pausa de no mínimo 30 minutos. Além disso, deveria ser permitido o fracionamento do tempo de pausa obrigatório. O máximo do somatório dos

tempos de direção em um período de 24 horas deve ser de 12 horas. O tempo mínimo de descanso ininterrupto entre duas jornadas de 24 horas deve ser de 9 horas, podendo esse intervalo ser fracionado na fórmula 7 + 2 horas. O tempo mínimo de descanso semanal ininterrupto deve ser de 36 horas, podendo ser fracionado nas fórmula 30 + 6 horas, sendo que o tempo máximo de prorrogação para o início do descanso semanal seria de 72 horas, desde que haja uma compensação.

De acordo com representante da ABTI, o estatuto permitirá o aumento da segurança viária, a melhoria na qualidade de vida e na saúde dos trabalhadores e uma maior segurança jurídica para empregados, autônomos e empresários. No entanto, a legislação deve ser implantada em etapas, com períodos de transição, para permitir a adequação às novas diretrizes e a mitigação dos impactos a serem gerados na competitividade do setor.

FERNANDO DONATO VASCONCELOS – Auditor Fiscal do Trabalho, representando o Senhor Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego

De acordo com o Sr. Fernando Donato Vasconcelos, os trabalhadores caminhoneiros representam o segmento profissional mais vitimado por acidentes de trabalho no Brasil, e a reversão desse quadro é uma preocupação importante. Outros problemas enfrentados pelo setor são o excesso de jornada, a terceirização sem previsão na legislação trabalhista e o emprego sem registro legal.

Diante desse quadro, afirmou o expositor, no ano passado, o Ministério do Trabalho e Emprego iniciou uma ação voltada à implementação de mecanismos de fiscalização mais amplos, que envolvem não apenas o tacógrafo e os dados fornecidos pelas empresas, mas também dados de rastreamento por satélite e o cruzamento de informações.

A partir de dados referentes a uma grande empresa de transportes do Brasil, compreendendo o período de janeiro de 2008 a junho de 2009, o palestrante afirmou que mais de 70% dos motoristas superam as oito horas por dia, ao mesmo tempo em que foram verificadas jornadas de mais de 24 horas ininterruptas. Além disso, ao contrário do que muitas vezes afirmam as empresas, boa parte dos motoristas não trabalha apenas eventualmente para essas organizações, mas um grande número deles não possui registro, em uma violação clara da legislação trabalhista. Outro fenômeno preocupante diz respeito às pessoas jurídicas criadas para dar aparência de terceirização ao trabalho dos motoristas.

Por fim, o Auditor Fiscal do Trabalho destacou algumas ações repressivas desenvolvidas pelo Ministério e a necessidade de reforço da fiscalização sobre as condições do trabalho, o que deverá incluir a contratação de novos auditores. Defendeu, ainda, a ampliação dos direitos e garantias dos trabalhadores para que o país tenha um crescimento que seja de fato sólido e beneficie os brasileiros.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI

A Senadora Rosalba Ciarlini salientou a importância do trabalho dos motoristas e lembrou que a causa do setor é digna e merece destaque. Sublinhou, nesse contexto, o fato de que foi um caminhoneiro quem lhe deu a idéia de apresentar um projeto de lei prevendo isenção permanente do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI aos caminhoneiros autônomos. Segundo a Senadora, é preciso que as associações e

sindicatos acompanhem o andamento dessa proposição, especialmente após o seu envio à Câmara dos Deputados.

SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Procurador Regional do Trabalho, representando o Senhor Dr. Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho

O Sr. Sebastião Vieira Caixeta iniciou sua exposição destacando a preocupação do Ministério Público do Trabalho com a preservação da saúde e da segurança dos trabalhadores do setor de transportes, tanto de cargas como de passageiros. Elogiou também a iniciativa de promover uma regulação compreensiva do setor, e lembrou que o norte de todos os esforços nesse sentido deve ser a pessoa do trabalhador.

Segundo o Procurador Regional do Trabalho, o tema da limitação da jornada deve ser enfrentado de uma vez por todas, superando o paradigma de que é inviável o controle da jornada desses trabalhadores, uma vez que avanços tecnológicos como o rastreamento por satélite permitem esse acompanhamento. A extrapolação da jornada, de acordo com o especialista, decorre da pressão das empresas, que determinam prazos de entrega incompatíveis com a observância dos limites legais de jornada previstos na Constituição e na lei. Mais do que isso, pesquisa mostrou que muitas vezes os motoristas são induzidos por essas organizações a usar drogas para atingir os resultados esperados. Outros problemas são a falta de registro em carteira e a terceirização ilícita de atividade fim, incompatível com o instituto da terceirização.

Por fim, o expositor defendeu que sejam garantida a esses profissionais um intervalo mínimo interjornadas, fator considerado necessário à efetivação do direito básico desses trabalhadores à saúde e à vida.

GETÚLIO FERREIRA CAMARA NUNES – Policial Rodoviário Federal e Médico Aéreo Hospitalar da Coordenação Geral de Operações, representando o Senhor Hélio Cardoso Derenne, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

De acordo com o Sr. Getúlio Ferreira Camara Nunes, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal há algum tempo se preocupa com os temas levantados na audiência. No entanto, questões relacionadas ao quantitativo do efetivo da força e ao volume de recursos destinados ao Departamento dificultam sua ação. Nesse contexto, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal vem buscando parcerias para suprir suas necessidades e desempenhar suas funções, especialmente com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Procuradoria do Trabalho e o SEST/SENAT.

Diante da situação de exploração em que se encontra a categoria dos motoristas, o expositor pontuou que a Polícia Rodoviária Federal vem buscando se aproximar desse público, que é usuário constante das rodovias, e atuar como coadjuvante em questões como a segurança desses profissionais.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)

O Senador prestou sua solidariedade à causa dos trabalhadores presentes e defendeu o estabelecimento de diretrizes para o setor, bem como a fiscalização e a regulamentação referente tanto ao trabalho dos empregados quanto dos motoristas autônomos, donos do seu caminhão.

WILBERT RIBEIRO JUNQUILHO – Gerente de Regulação de Transporte Rodoviário de Cargas, representando o Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

O Sr. Wilbert Ribeiro Junquilha afirmou que a Agência Nacional de Transportes Terrestres é sensível aos temas levantados na audiência, mas lembrou que o problema da jornada de trabalho dos motoristas é uma questão trabalhista, havendo inclusive um parecer do Ministério Público do Trabalho informando sobre a não competência da Agência para regulamentar esse ponto.

Sobre os acidentes rodoviários, o palestrante lembrou que em mais de 30% das ocorrências há um caminhão envolvido, o que não significa que os motoristas sejam os culpados, mas que existe uma conjunção de fatores que contribuem para a ocorrência desses acidentes, dentre os quais se destaca a extensa jornada de trabalho desses profissionais. Segundo o Gerente de Regulação de Transporte Rodoviário de Cargas, a jornada a que são submetidos os motoristas afronta os próprios limites do corpo humano.

Concluindo, o representante da ANTT lembrou que a Agência vem atuando e tentando contribuir com o setor para que os profissionais do volante tenham condições mais adequadas de trabalho.

FLÁVIO BENATTI – Presidente da Seção de Cargas da Confederação Nacional dos Transportes – CNT, Representante do Presidente da CNT, Clésio Andrade

De acordo com o Sr. Flávio Benatti, o setor do transporte rodoviário de cargas comporta uma série de segmentos com peculiaridades próprias, e é importante que haja uma legislação que dê aos profissionais a segurança jurídica necessária.

Com relação à Lei nº 11.442/07, o Presidente da Seção de Cargas da Confederação Nacional dos Transportes ressaltou que a sua aprovação contou com a participação não só dos empresários do transporte, mas também das lideranças dos caminhoneiros autônomos e, naquela ocasião, todos concordaram que a relação entre a empresa e o caminhoneiro autônomo é comercial, não de vínculo empregatício. No entanto, de acordo com o palestrante, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério Público do Trabalho e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA vêm encaminhando o debate no sentido da extinção da categoria do caminhoneiro autônomo, que passaria a ter vínculo empregatício com as empresas.

Finalmente, o expositor destacou que é preciso encontrar uma legislação que traga equilíbrio à regulação do setor.

PAULO ROBERTO BARCK - Sindicato dos Empregados em Transporte Rodoviário de Carga Seca do Rio Grande do Sul

Para o palestrante, a questão do transporte rodoviário é de extrema importância para o país, uma vez que a categoria é responsável pela movimentação de 90% da produção do Brasil. Nesse contexto, o trabalho do setor deve ser visto não apenas sob o ponto de vista econômico, mas sob uma perspectiva de preocupação com a saúde e a segurança dos profissionais do volante.

Para o Sr. Paulo Roberto Barck, a discussão relativa ao tempo de direção representa o centro do debate em torno do estatuto, e é preciso que o texto seja aperfeiçoado quanto a esse aspecto. Para que essa discussão seja produtiva, no entanto,

é preciso que dela participem representantes da indústria, segmento que pressiona as empresas de transporte a cumprir prazos reduzidos.

O palestrante salientou, ainda, a questão da adequação dos motoristas aos avanços tecnológicos do setor e a necessidade de reforço da fiscalização por parte da Polícia Rodoviária Federal para que a legislação em debate seja efetivamente aplicada.

Por fim, destacou que, com um tempo de direção mais saudável, os acidentes de trabalho serão reduzidos e os motoristas poderão desfrutar de mais tempo junto à família e aos filhos.

UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (BIRA) – Vice-presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB

O vice-presidente da CGTB destacou a importância da discussão do estatuto do motorista, uma vez que, atualmente, as grandes empresas de transporte exploram os transportadores autônomos de carga com o pagamento de fretes insuficientes para o sustento da família e obrigando esses profissionais a cumprir jornadas extensas para atingir os percursos definidos.

Defendeu, ainda, que sejam dadas as condições para que a frota seja renovada e para que os transportadores autônomos de carga possuam o seu próprio caminhão.

NÉLIO BOTELHO – Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro

Segundo o Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, as questões do tempo de direção e da implementação do estatuto do motorista dependem de uma melhor remuneração para aqueles que trabalham no setor do transporte rodoviário. Para ele, todas as dificuldades enfrentadas por esses profissionais estão diretamente relacionadas à remuneração aquém das necessidades da categoria.

De acordo com o Sr. Nélio Botelho, a ANTT é o agente capaz de fazer valer a Lei nº11.442/07, que regulamenta o transporte rodoviário de cargas no país, especialmente no que respeita ao combate à concorrência desleal, responsável pela deterioração do frete pago no Brasil.

Sobre a jornada de trabalho do transportador autônomo de carga, representante do Movimento convidado pelo Sr. Nélio Botelho defendeu o percurso de 750 km diários, que corresponde, em média, a uma jornada de cerca de doze horas por dia.

JOSÉ FONSECA LOPES – Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros – Abcam

O Sr. José Fonseca Lopes destacou a importância do debate de idéias que se realiza na Comissão e colocou alguns pontos que considera importante no que tange ao estatuto dos motoristas.

De acordo com o Presidente da ABCAM, a jornada de trabalho dos profissionais do volante não deve ser definida pelo Ministério do Trabalho, mas pelo Código Nacional de Trânsito. Além disso, o expositor apontou algumas dificuldades enfrentadas pela Polícia Rodoviária Federal para empreender a fiscalização nas rodovias, incluindo a falta de contingente para o desempenho de suas funções. Outro ponto levantado foram as deficiências na infraestrutura, uma vez que, para o expositor, há tempos nenhum governo leva realmente a sério a questão do transporte rodoviário de cargas, fato que tem penalizado o setor. Faltam, por exemplo, pontos de apoio para os

caminhoneiros, ainda que muitas vezes os contratos de rodovias pedagiadas contemplem a previsão desse serviço.

Foi salientado, ainda, o Procaminhoneiro, programa de financiamento do BNDES cujo acesso ainda é difícil para os caminhoneiros autônomos. O palestrante sublinhou também que, mais do que a garantia da aquisição de novos veículos, é importante que se pense a respeito do que fazer com os antigos, já que aqueles que compram os caminhões usados correm riscos e que esses veículos poluem muito mais.

Por fim, o Sr. José Fonseca Lopes afirmou que é preciso fazer a separação entre o caminhoneiro autônomo e o motorista empregado, pois são situações diferentes que devem ser respeitadas e debatidas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

O Senador Aloizio Mercadante afirmou que o estatuto do caminhoneiro trará maior proteção aos profissionais do setor, além de direitos cuja evolução é necessária no contexto da cadeia de transporte rodoviário no país.

Destacou, ainda, a importância do fim da carta-frete, instrumento que aprisiona o caminhoneiro e impede o pleno reconhecimento de seus direitos. No lugar, deveria ser implementado o cartão-frete, por meio do qual 100% do dinheiro devido ao trabalhador seria depositado em sua conta.

Em seguida, o Senador abordou o tema do aquecimento global e a importância de controlar a emissão de gases poluentes, inclusive por parte da frota automotiva. O etanol representou uma importante contribuição nesse aspecto e a produção de óleo diesel menos poluente caminha na mesma direção. O governo tem, assim, interesse na modernização da frota, para que esta seja mais eficiente, utilize menos combustível e gere menos gastos com manutenção. Para que isso seja alcançado, o financiamento deve ser feito pelos bancos públicos.

Ao final da exposição, abordou alguns temas relativos ao estado de São Paulo, como a necessidade de mudar a política de segurança pública, para evitar, por exemplo, o roubo de cargas, e a importância de acabar com o abuso de pedágio no estado. Sem dúvida, os pedágios ajudam a melhorar a qualidade das estradas e representam uma contrapartida para o investimento realizado, mas as tarifas de São Paulo são hoje as mais caras do mundo, de modo que é preciso rever o equilíbrio financeiro dos contratos.

EDGAR FERREIRA DE SOUZA – Federação Nacional dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros (Fencavir)

O Sr. Edgar Ferreira de Souza salientou a importância da iniciativa em debate, uma vez que é necessário ordenar juridicamente a vida dos caminhoneiros, taxistas, transportadores autônomos e transportadores em geral. Para ele, no entanto, é preciso que o texto atual do estatuto seja ampliado e que a sua implementação e fiscalização sejam garantidas. O expositor defendeu, ainda, que é direito do motorista ter rodovias dignas e seguras, o que hoje não é uma realidade.

Por fim, destacou-se a necessidade de que os taxistas sejam adequadamente contemplados no projeto, de modo que particularidades da categoria sejam abordadas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)

O Senador Paulo Paim lembrou que nenhuma regulamentação relacionada aos taxistas será aprovada sem que os líderes da categoria sejam consultados. Afirmou,

também, que a proposta será concluída de modo a atender a todas as reivindicações do setor, estando previsto, inclusive, um capítulo somente para os taxistas, com redação definida a partir do debate com esses profissionais.

Debate

Após as exposições, o Senador Paulo Paim abriu o debate para as considerações de representantes do plenário. Entre os pontos levantados, esteve a necessidade de diferenciação entre a causa dos caminhoneiros autônomos e aquela dos profissionais que possuem vínculo de emprego, pois são realidades diferentes que devem ser levadas em consideração.

Outro ponto destacado foi o fato de que, frequentemente, além de realizar o transporte, os caminhoneiros são obrigados a carregar, descarregar e lacrar os caminhões, muitas vezes sem a qualificação necessária para manusear cargas perigosas.

Em relação à questão tributária, fez-se a denúncia de que muitas empresas descontam o INSS dos trabalhadores, mas não repassam o valor à Previdência Social. Defendeu-se também a revisão da base de cálculo do imposto de renda, que hoje penaliza os trabalhadores do setor.

Foi abordada, ainda, a necessidade de diferenciação entre o transporte rodoviário de curta distância e o de média e longa distância, com regulamentação e jornadas diferenciadas. No caso dos percursos de média e longa distância, uma forma de combater o uso de rebites e outros artifícios nas estradas seria a determinação de que a frota não circule das 22 às cinco horas da manhã.

Problemas como o excesso de pedágios, a necessidade de renovação da frota e o grande poder exercido pelas gerenciadoras de risco, que cerceiam os direitos do trabalhador e dificultam o seu trabalho, também foram citados.

Finalmente, salientou-se a importância de que seja garantida segurança jurídica ao setor, com a convergência de posições entre empresários, trabalhadores e autônomos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA)

O Senador José Nery destacou a importância dos profissionais que transportam as pessoas e as riquezas do Brasil. Declarou seu apoio aos motoristas, sejam eles autônomos ou empregados das empresas, defendendo o direito desses trabalhadores à saúde, à aposentadoria, a uma jornada de trabalho digna, à segurança e a condições adequadas de trafegabilidade.

O Senador salientou, ainda, a importância da luta contra o trabalho escravo, para a qual pediu o apoio das categorias presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA MESA

Ao final da audiência, o Sr. Edgar Ferreira de Souza parabenizou o trabalho que vem sendo realizado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em benefício dos caminhoneiros, mas afirmou que ainda há muito a ser feito e pediu que o Governo Federal se esforce no sentido de garantir o cumprimento do estatuto.

O Sr. Flávio Benatti, por sua vez, lembrou que seria importante convidar representantes da indústria e do comércio para participar do debate, e o Sr. Luiz Alberto Mincarone pediu que os participantes da audiência, ao voltarem aos seus estados, busquem aprofundar o debate com os seus pares, objetivando o equilíbrio na relação entre autônomos, empregados e empresários.

Em seguida, Sr. Sebastião Vieira Caixeta esclareceu algumas dúvidas levantadas ao longo do debate. Sobre a inconstitucionalidade da Lei nº 11.442/07, lembrou que ela é parcial, apenas no que se refere ao conceito do transportador autônomo de cargas agregado – que, segundo a própria definição da lei, apresenta todos os requisitos de uma relação de emprego. O Ministério Público do Trabalho não pretende, em hipótese alguma, extinguir a categoria dos transportadores autônomos, mas fiscalizar aqueles que se apresentam de forma fraudulenta para mascarar uma relação de trabalho, em uma forma de terceirização ilícita.

O Sr. Fernando Donato Vasconcelos afirmou que o Ministério do Trabalho e Emprego tem buscado o diálogo com as empresas do setor, inclusive as grandes, com o objetivo de que elas contribuam na transformação da grave realidade de sobrejornada, acidentes de trabalho e formas de terceirização sem previsão legal. Segundo o Auditor Fiscal do Trabalho, diferentemente do que alguns expositores alegaram, o MTE não se posiciona contra os motoristas autônomos, apenas vem demonstrando sua preocupação com a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores do setor. Além disso, destacou-se que o tema da jornada de trabalho desses profissionais é essencialmente uma questão trabalhista. Por fim, o expositor salientou que a verdadeira estabilidade jurídica é aquela que nos orienta a cumprir a lei vigente enquanto se constroem marcos de uma lei que seja mais adequada aos direitos dos trabalhadores e ao crescimento do país.

Encerrando a Audiência Pública, o Senador Paim agradeceu a participação de todos os presentes e reforçou seu compromisso com os motoristas e com todos os trabalhadores do Brasil.